

DHEPI - Pós-graduações
(2013-2014)

Curso de Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

Autora: **Adriana Cecília Correia Lopes**

Título: ***Investigando a Avaliação do Processo de Aprendizagem em História e Geografia: estudo em contexto***

Palavras-chave: Avaliação; Estratégias de Avaliação; Instrumentos de Avaliação; Intervenientes na Avaliação.

Resumo:

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da unidade curricular de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e focalizou-se no estudo da Avaliação no processo ensino aprendizagem em História e Geografia. Este trabalho está organizado em três partes distintas: a primeira é referente ao enquadramento teórico, a segunda aborda a fundamentação metodológica e a terceira e última parte reúne a análise e interpretação dos dados recolhidos na nossa investigação.

No que se refere ao enquadramento teórico, desenvolvemos a definição do conceito de Avaliação, explicitamos vários tipos de avaliação existentes e os instrumentos de avaliação, e concretizamos uma breve reflexão sobre os vários intervenientes na avaliação (o professor, o aluno, os pais e encarregados de educação). Para complementar o enquadramento teórico, concretizamos uma breve contextualização sobre as Inteligências Múltiplas de Howard Gardner.

Em relação à segunda parte, a fundamentação metodológica desta investigação, encontra-se inserida num contexto de estágio pedagógico concretizado no ano letivo 2013/2014, nas áreas disciplinares de Geografia e História, na Escola Secundária João Gonçalves Zarco, em Matosinhos.

No que concerne à análise e interpretação dos dados recolhidos no decorrer da nossa investigação, poderemos referir que, neste contexto, estes revelaram que a utilização de diferentes estratégias de intervenção e de avaliação educacionais, bem como, a intervenção dos diferentes agentes avaliativos, poderão ser promotores do sucesso escolar dos alunos, questionando-se o sentido da constituição das turmas por níveis.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 5 de novembro de 2014

Autora: **Adriana Seara Carvalho**

Título: ***O jogo didático nas aulas de História e Geografia***

Palavras-chave: Jogo, ensino, lúdico, História, Geografia

Resumo:

A concretização do Relatório de Estágio surgiu no contexto de uma investigação teórico-prática, desenvolvida durante o ano letivo de 2013/2014, no âmbito do estágio curricular.

Neste relatório podem ler-se as conclusões a que cheguei sobre a utilização dos jogos didáticos no processo de ensino e de aprendizagem das disciplinas de História, no ensino básico, e de Geografia, no ensino secundário profissional.

A escolha deste tema explica-se pelo facto de, desde tenra idade, durante o meu percurso escolar, me ter cruzado com jogos que me ajudavam a compreender determinados saberes. Na altura, como estudante, não percebia a razão pela qual os meus professores levavam jogos para as aulas. Contudo, apercebia-me que estes me ajudavam na aquisição e na compreensão de determinados conteúdos. Por isso, numa tentativa de motivar os meus alunos, tentando lutar contra a ideia, vulgarmente enraizada em alguns dos nossos estudantes, que a escola não tem utilidade prática, resolvi desenvolver um estudo sobre a aplicabilidade do jogo didático nas disciplinas de Geografia e de História, identificadas, principalmente a de História, como disciplinas bastante teóricas e com um registo muito formal.

Com esta investigação pretendi estudar se o jogo didático era uma metodologia de ensino-aprendizagem eficiente e se os alunos lhe reconhecem validade pedagógica, dado isso defini as seguintes perguntas de partida que nortearam a minha investigação:

- 1) É possível aprender a brincar?
- 2) Os alunos reconhecem validade ao jogo didático?
- 3) O jogo funciona melhor como estratégia de consolidação de conteúdos, como ferramenta de desenvolvimento de conteúdos ou como estratégia de avaliação?

Este trabalho está estruturado sob dois grandes eixos: o enquadramento teórico e a caracterização do estudo.

O primeiro refere-se à componente teórica do meu projeto. Para a concretização deste eixo foi fundamental a pesquisa bibliográfica. Este eixo encontra-se subdividido em seis itens distintos que se articulam entre si. Aqui poderá ser lido o que se entende como jogo e quais as diferenças existentes entre os jogos com carácter lúdico e os jogos didáticos. Seguidamente pergunto-me se, na sala de aula, quando se realiza um jogo didático, haverá lugar para a competição. De seguida, debrucei-me sobre as vantagens e desvantagens da utilização de jogos didáticos. Para este ponto considerei pertinente elencar as vantagens e desvantagens quer para o aluno, quer para o professor. Para finalizar este primeiro eixo do enquadramento teórico, redigi um ponto sobre o estado da arte, em que faço um registo sumário de alguns trabalhos já realizados sobre a temática do jogo didático. Por considerar, que se trata de uma temática transversal a várias áreas do saber e não apenas aquelas que se relacionam com a educação e com a formação inicial de professores englobo, neste registo, trabalhos desenvolvidos na maioria das faculdades da Universidade do Porto e ainda do Instituto Superior de Engenharia do Porto e da Escola Superior de Educação do Porto.

O segundo grande eixo, como já referi, diz respeito à componente mais empírica do projecto e, à semelhança do primeiro grande eixo, também este se encontra organizado em itens articulados entre si. Este segundo eixo foi redigido com apoio de alguma bibliografia, mas, essencialmente, a partir das minhas experiências com os meus alunos e das minhas reflexões sobre minha prática de ensino.

Início este capítulo pela localização geográfica da escola, apresentando-a o mais detalhadamente possível, fazendo referências às ofertas disponibilizadas e à avaliação externa a que a escola foi sujeita.

Seguidamente apresento as turmas envolvidas no projeto.

No ponto seguinte, apresento os jogos didáticos realizados com as turmas envolvidas, assim como o contexto em que foram empregues. No caso da disciplina de História utilizei jogos em diferentes momentos da aula, utilizando-os como estratégia de feedback, como desenvolvimento de conteúdos e como consolidação/revisão das aprendizagens. No que concerne a esta última estratégia considereei pertinente, no relatório, realizar uma análise comparativa entre os desafios lançados nos jogos e as questões dos testes de etapa, a fim de ser mais fácil aferir a relação existente entre os jogos realizados e o fim a que se destinavam, a consolidação e a revisão dos conteúdos.

O ponto que se segue está diretamente relacionado com os questionários que fui distribuindo pelos estudantes, ao longo do ano letivo. Neste ponto, faço a análise dos inquéritos, que dão respostas às questões de partida e que nortearam toda esta investigação.

No último ponto deste eixo faço uma análise comparada quanto ao sucesso apurado na disciplina de História, entre duas turmas de sétimo ano (o 7º um e o 7º seis). Esta comparação consistiu basicamente em analisar os resultados alcançados pelos alunos de duas turmas distintas, uma que trabalhou com jogos ao longo do ano, e outra que não teve contacto com nenhum destes recursos.

Desta investigação concluí que a aplicabilidade do jogo didático não é recente, apesar de, ainda hoje, ter uma utilização reduzida nas nossas salas de aula, alegando os professores a falta de tempo e a dimensão dos programas curriculares como fator eliminatório para a prática dos jogos didáticos. Todavia, apesar do desfasamento que existe entre a carga horária disponível para as disciplinas de História e de Geografia e as extensões dos programas curriculares é pertinente referir que este recurso didático se assume como sendo multifacetado, podendo ser aplicado em diversos momentos didáticos ao longo da aula.

Como estratégia de desenvolvimento de conteúdos, este recurso torna-se maximamente rentabilizado por parte dos alunos que, de certa forma e de grosso modo, aprendem através do ato de jogar, obrigando-os a descobrir e a interagirem. Daí concluí que o jogo funciona muito melhor como estratégia de desenvolvimento de conteúdos do que como estratégia de motivação ou de consolidação de conteúdos, na medida em que se torna uma estratégia mais ambiciosa e procura desenvolver nos alunos procedimentos superiores que quando utilizado como estratégia de motivação ou de consolidação

Admitindo que os jogos didáticos se tornam mais estimulantes para as faixas etárias mais novas, não é possível dizer-se que os jovens adolescentes não os valorizam, nem lhes conferem validade, cabe sim ao professor procurar jogos e desafios que lhes sejam adequados.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 11 de novembro de 2014

Autora: Ana Raquel Quintela Valverde

Título: *A música como recurso promotor da aprendizagem nas aulas de História e Geografia*

Palavras-chave: Música; linguagem musical; aprendizagem pela música; emoções; reflexão

Resumo:

Fruto das experiências desenvolvidas no âmbito da prática letiva supervisionada e inserido no contexto da unidade curricular de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia, o presente trabalho debruça-se sobre as reflexões acerca do papel da música enquanto recurso promotor de aprendizagens nas aulas de História e Geografia.

A natureza da linguagem musical alimenta-se de uma memória afetiva que é passível de ser transformada em consciência musical, atua como elemento auxiliador da construção de interpretações, reflexões, narrativas e práticas inerentes à formação de uma consciência histórica e geográfica assente nas aprendizagens escolares significativas por parte dos alunos. Centramos o nosso olhar sobre este processo: como pode ser promovido, como se desenvolve e como se manifesta ao nível da sala de aula.

Com base num quadro teórico cuidadosamente fundamentado e interiorizado, e através de uma abordagem multifacetada de exploração da música em vários contextos do processo de ensino-aprendizagem, desenvolvemos experiências em contexto de sala de aula numa turma do 8.º ano do Ensino Básico, no caso da disciplina de História, e numa turma do 11.º ano do Ensino Secundário do Curso Profissional de Técnico de Turismo, na disciplina de Geografia.

Procuramos através do tratamento estatístico e da análise de conteúdo de vários instrumentos de recolha de dados associar as conceções, perceções e opiniões dos alunos, as evidências que nos permitem identificar indicadores no processo de aprendizagem realizado pelos alunos e também a própria reflexão baseada na nossa experiência de observadores participantes.

Os resultados obtidos apontam para o facto de a música surgir como um recurso inovador, motivador e reconhecido como instigador da significação atribuída às aprendizagens.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 11 de novembro de 2014

Autor: **António Manuel Cerqueira Rego**

Título: ***“Vamos aprender com o Manual?” Perceções de alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico sobre o(s) uso(s) do manual escolar em História e em Geografia***

Palavras-chave: Aprendizagem; Geografia; História; Manual Escolar; Práticas Escolares

Resumo:

Descobrimos os manuais nas primeiras letras, transportamo-los em anos de escola, lembramo-los pela vida (Claudino, 2001: 13).

A instituição escolar, meio privilegiado de relações sujeito/sujeito e sujeito/conhecimento, provocou o nosso interesse, concretamente no que diz respeito às relações que se estabelecem entre sujeitos (alunos e professores) com um objeto que é a imagem da escola, dos alunos e dos próprios professores – *o manual escolar*.

Com alguns séculos de história, este objeto continua a manter na escola e em todas as relações de que a mesma é palco, um estatuto de instrumento de suma importância, de quase indispensabilidade, pelas suas funções e papéis desempenhados e, acima de tudo, pelo seu conteúdo, pelo seu carácter referencial, quer para os alunos quer para os professores e, de forma direta ou indireta, para os pais e encarregados de educação.

Consequente da centralidade que os manuais escolares desempenham no processo de ensino-aprendizagem, este utensílio levanta grande interesse pelo seu estudo, dado anunciar-se promotor de mecanismos que estruturam a aprendizagem dos alunos, a organização da cultura escolar e do sistema de ensino. Interesse esse que também motivou a realização desta investigação.

Deste modo, num contexto de iniciação à prática profissional, no âmbito do 2.º ano do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, surge a presente dissertação tendo por finalidade a realização de um projeto de pesquisa, reflexão e ação que articulasse a teoria e a prática adquirida ao longo deste ciclo de estudos. O título proposto para esta investigação – *“Vamos aprender com o Manual?” Perceções de alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico sobre o(s) uso(s) do Manual Escolar em História e em Geografia* – procura, desde logo, indicar o foco do estudo aqui apresentado: a apropriação do manual escolar pelos alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico nas disciplinas de História e de Geografia.

Neste âmbito, o presente trabalho encontra-se organizado em duas grandes partes: uma primeira de fundamentação teórica e uma segunda de exposição da investigação propriamente dita, ou seja, o estudo empírico realizado. No Capítulo I, procedeu-se ao enquadramento teórico assente na revisão da literatura efetuada, com menção a trabalhos anteriores sobre o tema que aqui se propôs estudar, procurando abarcar várias perspetivas sobre os manuais escolares.

Procuramos documentar o estado da arte, ou seja, a investigação realizada anterior e atualmente no campo em estudo. Debruçamo-nos, também, sobre a evolução e respetivo contexto histórico do manual em Portugal (do manual, em geral; dos manuais de História e de Geografia, em particular). Em seguida, analisamos os normativos legais que definem o regime de avaliação, certificação e adoção destes materiais pedagógicos.

Assim, ocupando o manual escolar um lugar proeminente no contexto socioeducativo, este envolve e desenvolve um sistema de relações sociais complexo, que determina muito do que se passa no campo do ensino e da aprendizagem. Deste modo, pretendemos esclarecer as funções deste instrumento para alunos e professores que, embora distintas, se complementam.

Todavia, não descaramos também as limitações deste objeto de trabalho. A centralidade do manual escolar não deve comprometer a autonomia do professor, a quem compete organizar, operacionalizar e avaliar os processos de ensino-aprendizagem, sem descurar as especificidades e expectativas dos alunos, as características sociais e culturais da comunidade escolar e o protagonismo que deve assumir nesses processos.

Relativamente ao Capítulo II, este consiste na apresentação do enquadramento metodológico do presente trabalho. Assim, procuramos expor e fundamentar, de forma tão detalhada quanto possível, os princípios metodológicos desta investigação, sendo ainda definidos os objetivos e o objeto deste trabalho e as dimensões de análise em torno das quais o mesmo se desenvolveu.

A literatura por nós recenseada apontou-nos vários autores e algumas teorias, permitindo-nos assim consubstanciar e alicerçar o nosso estudo. Após a aplicação dos dois instrumentos de recolha de dados – intervenções educativas em História e Geografia (para avaliarmos a qualidade das aprendizagens adquiridas durante as mesmas) e inquérito por questionário (para aferirmos as conceções/representações dos alunos sobre o(s) uso(s) do manual escolar.) – fez-se uma análise qualitativa dos dados recolhidos, procurando obter-se respostas à nossa questão de investigação: *Qual a importância que os alunos reconhecem ao manual escolar, dentro e fora do contexto de sala de aula?*

Utilizando a metodologia do estudo de caso, através da análise dos dados recolhidos por meio dos inquéritos, e da verificação, pelo confronto de respostas, dos aspetos semelhantes e/ou divergentes, tentámos averiguar, junto de um dos utilizadores mais diretos dos manuais escolares – os alunos –, como se relacionam com este instrumento, como o utilizam e qual a sua importância no trabalho que diariamente desenvolvem dentro e fora da sala de aula.

Tomando como referência os pontos de vista dos alunos e procurando responder de forma sumária aos objetivos inicialmente delineados, pôde concluir-se neste estudo que: i) apesar de se verificar uma tendência generalizada para recorrer a outras fontes de informação tais como a Internet, sobretudo, para fins de pesquisa, o manual escolar é utilizado pela totalidade dos alunos inquiridos nos seus momentos de aula e de estudo; ii) os alunos consideram que o manual escolar constitui um mediador importante na construção do conhecimento científico escolar; iii) o manual escolar constitui o suporte básico e fundamental para organizar as aprendizagens dos alunos; iv) os textos do manual adotado, bem como as atividades que a partir dos mesmos se desenvolvem, constituem elementos de estudo preferencialmente selecionados pelos alunos; v) o caderno de atividades, apesar de não ser utilizado tão sistematicamente, constitui também um elemento de estudo, sobretudo nos momentos de avaliação.

Em jeito de síntese, o manual escolar tem desempenhado um papel fundamental na e para a construção da cultura da memória e da ação escolares. Citando Magalhães (2011: 11), *O livro escolar comportou e deu forma a um ideário educativo – ele é o mural do tempo.*

Qual o valor, como o encaram, que virtualidades e defeitos lhe conferem, no âmbito do processo de ensino-aprendizagem, foi o que se pretendeu indagar e inferir ao questionar a ligação deste instrumento de trabalho aos alunos.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 11 de julho de 2014

Autora: **Eufrásia Juliana Correia Magalhães**

Título: ***Do solfejo à partitura: a música como fonte no ensino de História e Geografia***

Palavras-chave: Música, Emoção, Cognição, Ensino, História, Geografia

Resumo:

O presente trabalho objetivou, sob o signo da Educação pela Arte, estabelecer um paralelo entre a linguagem musical e os domínios de História e Geografia. No entanto, a inicial inquietude acerca da influência contributiva da estratégia a ser desenvolvida em sala de aula começou a dissipar, nomeadamente, quando um dos alunos proferiu as instigantes palavras: «Música? Bué fixe!». Diga-se, em abono da verdade, que tal asserção surtiu efeito revigorante ao futuro à época a calcorrear. Na tessitura do plano, assim sendo, segui uma postura apologética de que a presença da arte dos sons na dinâmica educacional permite estimular a aprendizagem e imprimir um ritmo mais criativo, livre e lúdico ao ensino. Testar a veracidade desta proposição é, inclusive, o traço característico do tratamento teórico e empírico do estudo.

Partindo do pressuposto que, embora familiarizados por uma ubiquista sonoridade, por vezes desconhecemos parte dos seus factos elementares. Em relação à música, o mesmo será dizer: prazer sem compreensão. Desta maneira, sob a forma de escorço, dedico um ponto à explicação do que é a música numa tangente perspectiva filosófica, bem como descrever no domínio científico os pilares tecnicamente essenciais que num todo orgânico originam o som organizado.

É certo que a música manifesta o *Zeitgeist* (o espírito da época), portanto, mais que a arte dos sons, é a emissária do sonho e da crença, voz do sentimento e da esperança. Por isto, isto é, a música como conhecimento constitui a epistemologia e a hermenêutica holística da realidade natural e humana. Desta maneira, faço uma digressão à História da Música. Claramente sem olvidar uma passagem reflexiva, ainda que elípticamente, pela escuta que desperta emoções e, ao que cautelosamente as provas experimentais inferem, auxilia o desenvolvimento cognitivo.

No quadro teórico, por último, cumpre explorar a importância auferida pela música na panóplia manualística e ministerial. Ou seja, investigar a incidência com que a polifonia é sugerida como sugestão metodológica ora em História ora em Geografia. O corolário da perscrutação apresenta exíguos e discriminados valores percentuais. Pois, se em História denota-se uma alusão sistemática, porém minimalista, à música; contrariamente, em Geografia, denota-se uma absoluta ausência sugestão musical.

Dilucidadas as coordenadas teóricas, procede-se ao estudo empírico que me parece ser uma das mais aliciantes referências do projeto investigativo, pois constitui o real contributo pessoal à parafernália didática. O estudo de caso viabilizado no âmbito da efetivação do estágio pedagógico, desenvolvido no Agrupamento de Escolas Coelho e Castro, teve como amostra uma turma de 9.º ano de escolaridade.

Precede a averiguação dos pareceres dos discentes, naturalmente, o enquadramento da(s) música(s) no(s) conteúdo(s) programático(s). No campo da História, a saber: *E o Povo, Pá?* (Homens da Luta, 2010) e *Happy days are Here Again* (Ben Selvin, 1930) no subtema *As Dificuldades Económicas dos Anos 30* inserido no tema *Da Grande Depressão à Segunda Guerra Mundial*; *Exílio* (Adriano Correia de Oliveira, 1968) no subtema *Portugal: do Autoritarismo à Democracia* inserido no tema *Do Segundo Após-Guerra aos Anos Oitenta*. Na esfera da Geografia, a saber: *O Resto do Mundo* (Gabriel o Pensador, 1993) e *Money, Money, Money*

(ABBA, 1976) na unidade didática *Interdependência entre espaços com diferentes níveis de desenvolvimento* pertencente à temática *Contrastes de Desenvolvimento*; *O Progresso* (Roberto Carlos, 1976) na unidade didática *Ambiente e Desenvolvimento Sustentável* pertencente à temática *Ambiente e Sociedade*.

Mas, então, qual o grau de pertinência ou de potencialidade da música numa vertente interdisciplinar? Isto é, quais os efeitos da exequível triangulação Música-História-Geografia. Finalmente, resolvi pôr a interrogação à prova científica através de um procedimento estruturado em dois métodos similares – pré-teste e inquérito por questionário –, mas também e talvez sobretudo pela aplicação sistemática de ficha(s) de trabalho – que para além de servirem aos discentes de instrumento de consolidação dos conteúdos abordados ao som de músicas, permitiram-me avaliar o real impacto da música como fonte de análise e interpretação das factologias de História e Geografia.

Para o efeito, devido às limitações de espaço deste documento, basear-me-ei única e exclusivamente na análise das considerações dos alunos, pois não apenas corroboram como igualmente conferem credibilidade à pertinência da problemática em questão. De facto, a maior parte da amostra confirmou as potencialidades do uso da música enquanto instrumento metodológico. No entanto, as razões se dilatam à medida que afiro os dados recolhidos. Por um lado, por ser um método que incentiva a aprendizagem, desperta a atenção e diferencia e inova o processo ensino-aprendizagem. Por outro lado, a Educação pela Arte musical permite confluir ao encontro *grosso modo* de uma companheira religiosamente fiel dos jovens e, por conseguinte, constitui um veículo que permite aos alunos assimilarem com maior facilidade as linhas conceptuais.

A sancionar as ilações expostas, cito alguns exemplos óbvios e brilhantes: «é uma forma interessante de abordar e aprender a matéria»; «as músicas que foram escutadas tinham a matéria de uma forma mais simples e mais engraçada»; «as músicas são coisas que ficam rapidamente no ouvido, por isso, torna-se mais fácil assimilar os conteúdos»; «é uma boa forma de cativar os alunos para prestar mais atenção à aula»; «ganhamos mais motivação com a música, porque as aulas não ficam tão comuns»; «a música é uma coisa que todos gostamos e, assim, podemos avaliar e tirar notas das letras, o que é mais motivador que apenas os livros».

Destas reflexões, à guisa de remate, parece-me particularmente fulcral reter uma ideia: a estratégia metodológica através da música despertou nos inquiridos um conjunto de fatores de capital importância à aprendizagem que, por isso, poder-se-á assumir legitimamente como fonte documental do tempo e do espaço. Terminando, lembrando, embora escusado seja insistir, que a inserção, pontual ou habitual, da escuta de música(s) no(s) momento(s) didático(s) das planificações acarreta inevitáveis vantagens ao empreendimento intelectual dos alunos.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 11 de novembro de 2014

Autor: Filipe Daniel da Costa Magalhães

Título: *Desenvolver aprendizagens significativas em História e Geografia através do Google Earth™*

Palavras-chave: Aprendizagens significativas, Ensino da História, Ensino da Geografia, Práticas Construtivistas, Processos de ensino-aprendizagem, *Google Earth™*, SIG e TIC

Resumo:

As mudanças incrementadas pela chegada do paradigma da Sociedade da Informação e do Conhecimento obrigam, de forma clara, a que sejam repensadas as metodologias de ensino-aprendizagem vigentes no ensino contemporâneo. Desgastados pelas práticas tradicionalistas, ainda muito vincadas nos nossos dias, é hora de refletir acerca da sua aplicação. Consideramos, portanto, necessário que a estas últimas sejam associadas novas práticas, que devem ser obrigatoriamente mais produtivas e significativas.

Ao desenvolver este estudo, no âmbito do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º ciclo no Ensino Básico e no Ensino Secundário, implementou-se em duas turmas, nas áreas disciplinares visadas, uma metodologia que pudesse verificar as potencialidades didáticas do programa informático Google Earth™.

A fim de apurar as potencialidades decorrentes da utilização deste programa no processo de ensino-aprendizagem foi realizado, neste trabalho, um diagnóstico prévio do conhecimento dos alunos sobre o programa informático e sobre as disciplinas em causa; a realização de um conjunto de Propostas de Trabalho, com temáticas e conteúdos específicos, onde os alunos foram imbuídos ao manuseamento do programa informático; e um diagnóstico relativo às conceções finais dos alunos acerca do manuseamento do programa informático, as aprendizagens realizadas, e as utilizações do programa, no período temporal subsequente à realização das Propostas de Trabalho.

Os resultados demonstram-nos, em ambos os casos, as mais-valias que a introdução do programa informático Google Earth™ pode produzir. Embora com especificidades distintas, entendemos que em ambas as áreas disciplinares é notório o incremento significativo atribuído às aprendizagens. Neste sentido, consideramos que os alunos visados por este estudo evidenciam melhorias quer ao nível da assimilação dos conteúdos temáticos, quer ao nível procedimental e mesmo atitudinal.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 11 de novembro de 2014

Autora: Joana Natália Alves Barroso

Título: *O estudo de caso como processo de aprendizagem em História e Geografia: o caso da Organização das Nações Unidas*

Palavras-chave: abordagem construtivista em educação, estudo de caso, observação participante, Organização das Nações Unidas

Resumo:

O presente relatório tem o intuito de tentar mostrar a importância de aplicar novas metodologias de ensino, de modo a proporcionar aos jovens alunos aprendizagens significativas e consolidadas, sobre os mais variados assuntos. Assim, as abordagens centrais deste relatório relacionam-se com a abordagem construtivista em educação, com o propósito de facultar aos alunos a oportunidade de desenvolverem as suas próprias aprendizagens, com base na sua exploração das fontes de conhecimento tendo o docente um papel mais passivo no contexto de sala de aula. Por um outro lado, e recorrendo a aplicação de um estudo de caso, pretendíamos proporcionar aos alunos o contacto com novas ferramentas, que fomentariam a consolidação das aprendizagens e que serviriam de ligação com as metodologias investigativas utilizadas na área das ciências sociais e humanas.

Neste sentido foram formuladas as estratégias de ensino-aprendizagem que foram aplicadas em duas turmas, ao longo do ano letivo 2013/2014, no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada, componente integrante do Mestrado de Ensino em História e Geografia do 3.º Ciclo do ensino básico e secundário. Através do desenvolvimento das atividades por parte dos alunos, conseguimos concluir que a realização deste género de atividade, com uma vertente mais prática, apresentam inúmeras vantagens tanto para alunos como para professores, que desenvolvem competências sociais e específicas relativamente às disciplinas em questão, neste caso História e Geografia, e inerentes a diversidade de recursos e estratégias aplicadas.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 4 de dezembro de 2014

Autor: **Licínio Daniel Pinto de Azevedo**

Título: ***Jogo didático, um recurso emulador e regulador das aprendizagens num ambiente cooperativo***

Palavras-chave: Jogo Didático; Aprendizagem; Emulação; Cooperação; Regulação; História; Geografia

Resumo

Sendo o jogo um utensílio que acompanha o Homem, desde a sua infância, é muito mais do que uma forma de puro divertimento. Atualmente, os professores têm vindo a consciencializar-se que este não se restringe apenas ao lúdico, e lentamente tem-no testado nas suas aulas com outra finalidade, isto é, como uma estratégia para trabalhar as aprendizagens dos seus alunos.

Nesta investigação, o jogo foi testado em âmbito pedagógico, no contexto de Iniciação à Prática Profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Desenvolvido no ano letivo de 2013/2014, na Escola Básica 2º e 3º Ciclo Nicolau Nasoni, o jogo didático foi aplicado junto de duas turmas de 7º ano, às disciplinas de História e Geografia. Junto destas turmas procurou-se dinamizar o jogo didático como um recurso emulador e regulador das aprendizagens em ambiente cooperativo.

Na sua metodologia, este trabalho implicou a utilização de diferentes métodos de recolha de dados, tanto de natureza quantitativa, como qualitativa. Com esse intuito foram realizados: inquéritos por questionário (inquérito inicial e final); propostas de trabalho, entre as quais se destacam uma ficha de trabalho e um trabalho de grupo; observação direta.

Dado que os jogos dinamizados foram executados em equipas, num ambiente em que a emulação e a própria cooperação foram uma constante, os mesmos permitiram, não só trabalhar os diferentes tipos de conteúdos, bem como figuraram um meio que permitiu a consolidação e a regulação das aprendizagens dos alunos. Assim, confirma-se que jogo em contexto de aula está muito para além de um divertimento, dado que esta ferramenta possibilita o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 6 de novembro de 2104

Autora: **Maria João da Silva Duarte**

Título: ***A História e a Geografia em palco: a dramatização no processo de ensino-aprendizagem***

Palavras-chave: Dramatização no ensino; motivação; inteligências múltiplas; educação emocional; aprendizagem significativa; História e Geografia

Resumo:

O presente trabalho surge num quadro de formação inicial de professores em História e Geografia, realizado durante o estágio na Escola Básica Gomes Teixeira, no ano de 2012/2013. Na escolha do tema foram tidas em conta razões de natureza pessoal, mas sobretudo a consciência que cada vez mais é necessário introduzir práticas motivadoras, onde os alunos possam ser agentes da sua própria aprendizagem. Daí a estratégia da dramatização como proposta de operacionalização de dois conteúdos temáticos nas disciplinas de História e Geografia.

Começámos por definir a problemática central do estudo com a seguinte questão orientadora: de que forma se processa uma aula de dramatização desde a sua conceção até aos resultados? Sem querermos de maneira nenhuma definir um guia, até porque pretendemos mostrar os aspetos positivos mas também as falhas. A partir daí levantamos uma outra subquestão relacionada com as ideias prévias dos alunos, sendo que seria pertinente perceber qual a experiência dos mesmos em aulas de dramatização, nas disciplinas de História e de Geografia. E, no final, conhecer o impacto que uma estratégia deste tipo tem na aprendizagem dos alunos. Para além disso, um dos objetivos é trabalhar com turmas diferentes, de forma a perceber os efeitos gerados em turmas distintas ao nível do comportamento, aproveitamento e dinâmica em geral.

Na metodologia utilizada, que incide sobretudo numa análise do tipo qualitativa, foram aplicados dois pequenos questionários, no início e no final da experiência, e os recursos que os próprios alunos (re) construíram, no caso da História o guião da peça “A crise dinástica de 1580”, e em Geografia os discursos para o “1º Congresso das ONG’s Ambientais da EBGT”. Desta forma, durante o processo os alunos puseram em prática as competências de cada disciplina, e foram responsáveis pela construção da sua aprendizagem. E através do feedback pudemos constatar quão significativo se revelou este processo de ensino-aprendizagem ao nível das aprendizagens, incluindo a atitudinal.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 2 de dezembro de 2014

Autora: **Marisa Débora Vítor Cardoso**

Título: ***O Património Mundial da Humanidade no espaço rural português: sua pertinência formativa e educativa***

Palavras-chave: Património, Património Mundial, Paisagem Cultural, UNESCO, Turismo em Espaço Rural, Ensino, História, Geografia

Resumo:

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes: uma parte de enquadramento teórico sobre o tema em análise e uma parte de fundamentação empírica do estudo. Quanto ao enquadramento teórico, encontra-se dividido em três capítulos: a constatação do próprio conceito de “Património” e os tipos de património mundial que existem; a importância do Património na educação dos jovens e no desenvolvimento da cidadania; finalmente, o modo como o turismo em espaço rural, ligado ao Património, se tornou um importante meio de desenvolvimento das áreas rurais. Os cinco sítios escolhidos para esta investigação, foram: Paisagem Cultural de Sintra, Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa, Floresta Laurissilva da Madeira, Alto Douro Vinhateiro, Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico. Relativamente à fundamentação empírica do estudo, esta também se encontra dividida em três capítulos, nos quais se abordam: os meios; os instrumentos; a análise e interpretação dos dados obtidos pelos alunos envolvidos neste estudo (alunos do Curso Profissional de Técnico de Turismo, do 11º ano).

Segundo a minha interpretação dos trabalhos dos alunos, parece-me poder afirmar que a maioria não conseguiu responder ao objetivo pretendido: perceber se os alunos, futuros Técnicos de Turismo, conseguem compreender a importância dos locais referenciados como Património Mundial da Humanidade situados em espaço rural, concluindo da sua eficácia como motores de desenvolvimento dessas mesmas áreas. Isto mostra que por vezes fazemos ou idealizamos trabalhos para os alunos - de acordo com o programa da disciplina - e que, por vezes, acabamos por não obter a resposta adequada aos nossos objetivos.

A Educação Patrimonial nas escolas é fundamental para os jovens que estão a formar-se, pois permite-lhes aprender e reconhecer que o Património é algo que é necessário preservar a conservar, não só para usufruto do presente, mas também para que as gerações vindouras possam continuar a disfrutar desses mesmos locais, ajudando desta forma no desenvolvimento sustentável das populações e do próprio planeta.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 13 de novembro de 2014

Autora: Patrícia Cláudia Peixoto Dias Pinto

Título: *Os transportes, mobilidade e sustentabilidade nos manuais da Geografia e História do 3º ciclo do Ensino Básico*

Palavras-chave: Geografia, História, Manuais Escolares, Mobilidade, Sustentabilidade, Transportes

Resumo:

Atendendo às políticas atuais dos transportes, que visam uma eminente preocupação por uma mobilidade sustentável, a presente dissertação tem como objetivo analisar a importância dada aos transportes, mobilidade e sustentabilidade, nos programas curriculares de 1991 e 2001 das disciplinas de Geografia e História, do 3º ciclo do Ensino Básico, assim como a sua aplicabilidade nos manuais escolares editados nesse período de tempo. Procurou-se analisar se os conteúdos aí transmitidos visam as políticas e preocupações atuais dos transportes, mobilidade e sustentabilidade, a serem transmitidas aos jovens, contribuindo para uma educação sustentável nesta área, interligada com a educação geográfica e histórica.

Com base nos programas, orientações curriculares e Currículo Nacional do Ensino Básico de ambas as disciplinas, construíram-se grelhas de análise dos manuais com critérios gerais e específicos do tema, que permitiram identificar uma desvalorização dos conteúdos relacionados com os transportes, em ambas as disciplinas, verificando-se a total ausência da palavra sustentabilidade no que aos transportes diz respeito.

Concluiu-se que é prioritária uma educação que transmita aos jovens as inquietações emergentes que visam a sustentabilidade, neste caso particular, através de transportes e mobilidade. Esta deverá ser fomentada por indicações curriculares que projetem e fomentem atitudes de incentivo nos jovens estudantes e em que as disciplinas de Geografia e História têm um papel preponderante como veículo transmissor, tornando os alunos futuros cidadãos conscientes e ativos na construção de um futuro sustentável.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 7 de novembro de 2014

Autor: Pedro Esteves Pateira da Costa

Título: *Mapeamento conceitual, significação e organização das aprendizagens em História e Geografia*

Palavras-chave: Mapa Conceitual; Aprendizagem Significativa; Ensino; Avaliação Formativa; História; Geografia

Resumo:

O presente estudo propõe-se a investigar as diversas potencialidades da técnica criada por Joseph Novak, o mapeamento conceitual do conhecimento, quanto à sua aplicação didática, mormente, no que respeita à significação e organização das aprendizagens.

Inspirado pela teoria da assimilação de David Ausubel e pela técnica de construção de mapas conceituais, que permitem sistematizar, organizar e estruturar significativamente conteúdos de um determinado campo de conhecimento ou assunto, o presente relatório relata o processo e os resultados obtidos da aplicação dos mapas conceituais como instrumento de planificação, recurso didático e instrumento de avaliação em duas turmas do Ensino Básico, uma respeitante à área disciplinar de Geografia e uma outra à área disciplinar de História.

Assumindo uma tipologia de investigação-ação, o cerne da presente investigação incidiu sobre o processo de planificação didática de curto-prazo através de mapas conceituais temáticos e na avaliação qualitativa de mapas conceituais elaborados pelos alunos (a amostra foi composta por 36 alunos), no sentido de reorientar o seu processo de aprendizagem. Designando-se como uma investigação de cariz longitudinal, esta contemplou três etapas, correspondendo cada uma a um determinado conteúdo, em cada área disciplinar, nas quais os alunos realizaram dois exercícios de construção de mapas conceituais.

Em suma, mais do que apurar as mais-valias e menos-valias da técnica de construção de mapas conceituais, o presente estudo procurou propor uma metodologia de ensino-aprendizagem e um modelo de avaliação que potencie a aprendizagem significativa e lógica dos conteúdos, através da inter-relação e organização cognitiva do conhecimento.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 25 de novembro de 2014

Curso de Mestrado em Estudos Africanos

Autora: **Rita Catarina Paiva Castro Patrício de Meneses**

Título: ***Protecção Social e Deficiência: o caso de Moçambique***

Palavras-chave: Moçambique, protecção social, deficiência, sistema de protecção social, pessoas portadoras de deficiência

Resumo:

Moçambique ocupa a posição número 185 do ranking de 187 países do “Índice de Desenvolvimento Humano” das Nações Unidas de 2012, enfrentando problemas nas áreas de educação, saúde, emprego e protecção social.

A nível mundial regista-se que uma pequena parcela da população beneficia de uma protecção social considerada digna e que o número de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência está a aumentar. Nesta acepção, constata-se que estas duas situações são mais preocupantes nos países mais pobres do mundo, como é o caso de Moçambique.

Assim, o presente trabalho tem como objectivo fazer um levantamento do que foi/é feito a nível da protecção social em Moçambique, de um modo geral, e, em particular, dos apoios disponíveis para as Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD).

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 9 de dezembro de 2014

Curso de Mestrado em Estudos Medievais

Autor: **Eduardo Filipe Pinto Monteiro**

Título: ***O Património da Ordem de Cristo em Mendo Marques como expressão de poder***

Palavras-chave: *Ordem de Cristo, Mendo Marques, Visitação, Comenda, Património, Nobreza, Meneses*

Resumo:

Esta dissertação estuda a comenda de Mendo Marques da Ordem de Cristo e insere-se no quadro teórico-metodológico subjacente ao estudo da história das Ordens Militares. Os objetivos principais são o estudo da propriedade da comenda e a sua apresentação como um elemento de afirmação social. Deste modo, é feita a análise da componente patrimonial e humana, com base no tomo de propriedade realizado na sequência da visitação de 1509, que constitui a principal fonte documental em que assenta a investigação. A dissertação tem início com uma breve contextualização das mudanças ocorridas durante o mestrado de D. Manuel (1484-1521). Um outro aspeto de carácter introdutório é constituído pela apresentação das visitas realizadas na sequência do capítulo de geral da Ordem de Cristo, celebrado no ano de 1503. Definido o ponto de partida, no estudo da comenda procurou-se caracterizar as diversas vertentes, com destaque para as suas dimensões urbana e rural, bem como para a funcionalidade do património em causa. Em complemento, foi, ainda, feita a apresentação dos rendimentos proporcionados à Ordem pela exploração deste património. Em articulação com este objetivo abordámos as práticas administrativas evidenciadas pela documentação. Paralelamente, procurou-se estudar a componente humana que vivia sob o enquadramento da comenda de Mendo Marques, ou seja, os comendadores, domínio em que se destaca a família dos Meneses, comprometida com a gestão da comenda ao longo de várias gerações. Num plano distinto, foi possível identificar alguns aspetos relacionados com os foreiros, o que contribuiu para enriquecer a perspetiva sobre esta comenda. Os resultados a que foi possível chegar sugerem que a comenda de Mendo Marques constituía um palco da expressão de múltiplos interesses, pois aí confluíam três centros de poder, representados pelo rei, pelo comendador e pela elite local.

Orientadora: Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Data das provas: 6 de novembro de 2014

Curso de Mestrado em História e Património

Autor: **Angel María Arcay Barral**

Título: ***Os arquivos de familia en Galiza e Portugal: o caso da familia Malvar***

Palavras-chave: Arquivos, Arquivística, Arquivos de família, Galiza, Portugal, Malvar, Olga Gallego, Froilán de Troche, modelo sistémico, Armando Malheiro

Resumo:

Esta tese de mestrado supón un caso máis de experimentación do modelo sistémico ideado polo Dr. Armando Malheiro da Silva para a organización dos arquivos familiares, ca peculiaridade de que neste exemplo faise un salto territorial, ao estudar un arquivo familiar da Galiza.

O traballo parte do estudo crítico das diferentes teorías que existen para a organización dos fondos documentais familiares e os casos prácticos nos que se desenvolveu cada modelo teórico. As tres correntes principais que se estudan son as lideradas por:

- Froilán de Troche y Zúñiga, quen publica en 1835 “El archivo cronológico-topográfico: arte de archiveros” sendo un dos primeiros tratados publicados na Península Ibérica para a organización dos arquivos de familia.
- Olga Gallego Domínguez, quen publica en 1993 “Manual de archivos familiares” e converte a súa proposta na base de traballo de todos os arquivistas, tanto españois coma portugueses. O seu modelo aínda hoxe permanece vixente sen ser sometido a ningún tipo de debate.
- Armando Malheiro da Silva, crea xa no século XXI o modelo sistémico, rachando con toda a teoría arquivística precedente. A súa postura, oposta á de Olga Gallego, permite contrastar as propostas anteriores e chegar aos arquivos de familia ao debate científico de primeira liña.

Outro punto importante é o que respecta ás fontes empregadas, xa que se intenta dar unha visión conxunta de todas as publicacións existentes ata a actualidade, tanto no panorama portugués coma no español. O estudo comparativo das obras relativas aos arquivos familiares funciona tamén coma termómetro para ver a incidencia de cada modelo.

Trala análise crítica das tres teorías e o estudo dos diferentes casos nos que se empregaron ditos modelos, desenvólvese a aplicación do modelo sistémico ao arquivo da familia Malvar. Este arquivo atópase depositado polos descendentes da familia no Arquivo da Deputación de Pontevedra e corresponde a unha pequena familia da fidalguía galega entre os que destacan o Arcebispo Malvar (1730-1795) quen desenvolveu a súa actividade entre os bispados de Bos Aires e Santiago de Compostela e Julián Malvar (1780-1857), coñecido polas súas artes na Guerra da Independencia contra os franceses a principios do século XIX.

A experimentación ten coma resultado a elaboración dun catálogo dos documentos e a creación dun cadro de clasificación seguindo dito modelo sistémico, que se estrutura en torno ás Casas que compoñen a liñaxe e dentro de cada unha divídese nas respectivas xeracións. Para evitar unha cuarta organización física do arquivo familiar decidimos empregar un modelo de organización virtual, a través do software libre ICA-AtoM, e deste modo non ter que modificar a ordenación documental existente no Arquivo da Deputación de Pontevedra.

Destaca a importancia deste traballo dentro da arquivística galega, por ser a primeira vez que se exporta o modelo sistémico portugués ao territorio español, propiciando o debate teórico e a actualización do traballo arquivístico. A necesidade deste tipo de debates para lograr o avance investigador, viuse reflectido en numerosos congresos e publicacións onde puidemos contribuír a potenciar as vantaxes do modelo sistémico, así como recibir unha axuda do Ministerio de Cultura para continuar co proceso, expandindo o estudo a outros arquivos onde existe documentación relativa á familia Malvar.

Orientadores: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva

Data das provas: 26 de novembro de 2014

Autor: Luís Manuel Nunes Martins Pisco

Título: *As Cascatas de S. João – Cultura Popular e Património Imaterial na Cidade do Porto*

Palavras-chave: Cultura Popular, Património Imaterial, Porto, tradição, cascatas, festa de S. João, S. João no Porto

Resumo:

As cascatas de S. João são uma das tradições populares mais singulares da cidade do Porto. No início do mês de junho são construídas no cantos mais imprevisos da cidade, fruto da vontade e devoção sanjoanina dos seus autores, de quem ouvimos tantas vezes dizer: «sem cascata nem parece S. João». Arte popular, património imaterial ou tradição, em pleno século XXI a prática sobrevive nas ruas e no imaginário portuense. Afinal, foi no Porto que a construção de cascatas atingiu o seu maior esplendor, como refere o etnógrafo Luís Chaves em um dos raros artigos dedicados ao tema e publicado Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto na década de 60 do século XX. Ontem como hoje, «a cascata é o S. João», a mais perfeita materialização da imaterialidade da festa sanjoanina no Porto, reproduzindo todos os símbolos e atributos associados à festa e ao santo precursor. O seu carácter efêmero potencia o dinamismo da tradição, que se renova anualmente como resultado da criatividade do seus autores, num permanente reciclar de velhos e adicionar de novos elementos.

A presente investigação identifica um processo de comunicação popular à luz das mais recentes teorias do património cultural. Constrói um corpo documental sobre a Festa de S. João no Porto, através do recurso ao trabalho de campo e à memória individual, bem como à recolha minuciosa de informação dispersa por múltiplas fontes, que permite reconstruir o percurso das cascatas e da festa de S. João desde meados do século XIX até ao século XXI.

«As cascatas de S. João – Cultura Popular e Património Imaterial na cidade do Porto» acompanha também a evolução das teorias que tutelam as tradições que habitualmente eram associadas ao universo da chamada cultura popular, até ao seu equivalente contemporâneo o conceito de Património Cultural Imaterial. Identifica os contextos sociais e culturais da festa de S. João na cidade do Porto que dão origem e sustentam a construção de cascatas até ao século XXI. Acompanha com registos audiovisuais a construção de várias cascatas e regista e entrevistas realizadas com os seus autores que sustentam as conclusões finais.

Conclui-se nesta dissertação que as tradições tuteladas pelo conceito de cultura popular sobrevivem num equilíbrio precário entre a autenticidade e a legitimação/exploração pelo olhar que lhe é exterior. Nesse sentido o interesse renovado por estas práticas, através do conceito de Património Cultural Imaterial poderá constituir em simultâneo uma oportunidade e uma ameaça, na medida em que a exploração associada às necessidades de sobrevivência económica poderão ditar a morte natural ou sobrevivência plastificada de muitas tradições. Ainda assim a ameaça de desaparecimento que domina o discurso externo sobre as cascatas de S. João não corresponde à realidade no terreno, onde a tradição com maior ou menor número de autores conhecidos manteve uma vitalidade e continuidade até à data pouco reconhecida.

Orientadora: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Data das provas: 3 de dezembro de 2014

Autora: **Raquel Maria Rodrigues de Almeida**

Título: ***A Escola Industrial do Porto (1852-1864): Estudo Orgânico-Funcional e Tratamento Arquivístico da Informação***

Palavras-chave: Escola Industrial, Arquivo, História, Património, Ciência da Informação

Resumo:

O objetivo do relatório é o de descrever os passos de um estágio curricular e a investigação que permitiu identificar a documentação depositada no Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), instituição sucessora da Escola Industrial do Porto, e iniciou com a elaboração do recenseamento geral da documentação entre o período de 1852 a 1975, finalizando com a descrição e tratamento arquivístico da informação, dando valor a uma informação que, embora conservada, não era conhecida. Será um contributo para a concretização de uma política holística do património (dado que a instituição possui um núcleo museológico), ao colocá-lo no roteiro dos arquivos acerca do ensino industrial oficial no País e especialmente na cidade do Porto.

Trata-se da memória duma instituição, a marca identitária de uma época e do funcionamento de uma determinada entidade pública. Quando se trata de uma instituição de ensino, como é o presente caso, a informação, organizada segundo princípios da Ciência da Informação, identifica fundos e/ou subfundos dessa entidade, importantes para qualquer investigador que queira enveredar pelo estudo da História do Ensino. Contudo, a identificação dessa informação não espelha, apenas, a área estrita da educação e ensino, mas os contextos globais, as conjunturas económicas, sociais e culturais de uma determinada época.

O arquivo histórico do Instituto Superior de Engenharia do Porto é um bom exemplo disso, porque é fruto das decisões políticas em geral, no quadro da sociedade portuguesa e portuense, desde os meados do século XIX até à sétima década do século XIX.

No século XIX a Europa atravessava um período de grandes transformações ao nível económico, social e cultural, desencadeadas pela Revolução Industrial. Na área industrial a principal lacuna refletia numa ausência de profissionais especializados. Tornava-se necessário investir na área do ensino da indústria, com a finalidade de especializar os operários fabris. Neste contexto social, a 30 de dezembro de 1852 foi criada na cidade do Porto a Escola oficial do ensino industrial, denominada por Escola Industrial do Porto, que vigorou até 1864. Este estabelecimento de ensino ministrava o ensino médio industrial na componente de ensino técnico e prático, e tinha como objetivo instruir e dar formação industrial aos operários fabris, com limitados conhecimentos básicos e especiais, e incentivar a indústria fabril, como forma de impulsionar o desenvolvimento do País e o aumento da produtividade.

A metodologia científica utilizada baseou-se na recolha de informação sobre o contexto histórico social e económico da sociedade no século XIX, na pesquisa e recolha de legislação da criação da Escola Industrial do Porto e dos seus regulamentos da organização dos cursos e da própria instituição. Por outro lado houve necessidade de pesquisar e recolher informação em monografias de carácter histórico, e de consultar as fontes primárias existentes no Arquivo Histórico do ISEP. Esta pesquisa e investigação, centralizada no ensino industrial e na contextualização histórica e social do meio envolvente no século XIX, proporcionou a compreensão da estrutura orgânica da instituição e impulsionou a interpretação da documentação relativa à Escola Industrial existente no Arquivo Histórico do ISEP.

A gestão documental iniciou com o estudo da orgânica-funcional desde a criação da Escola Industrial e os estabelecimentos seus sucessores até ao Instituto Industrial do Porto que se converteu em 1975 em Instituto Superior de Engenharia do Porto. Este estudo teve um papel primordial na compreensão das funcionalidades de cada estrutura de ensino, dando a conhecer o conteúdo orgânico-funcional da instituição. O estudo do acervo documental conjugado com a legislação originou a elaboração da estrutura orgânica funcional da Escola Industrial do Porto, resultando numa reprodução exata da estrutura orgânica da Escola.

Tendo sempre presente os princípios de proveniência e da organicidade, procedeu-se ao estudo e tratamento arquivístico, designadamente, a classificação, a descrição e a organização da documentação. Deste estudo arquivístico resultaram a descrição de nove séries e seis documentos, que constituem o subfundo da Escola Industrial do Porto. Este acervo documental vem confirmar a existência de uma estrutura organizada e descentralizada da Escola Industrial do Porto. A descrição arquivística e a gestão documental foram realizadas no software informático GISA e permitiu a elaboração do inventário do subfundo da Escola Industrial do Porto. Além deste instrumento de pesquisa foram elaborados outros dois, designadamente um Guia e um Índice das séries e documentos.

A memória histórica e o vasto acervo que o Instituto Superior de Engenharia do Porto possui, contribui para a valorização do Ensino Industrial no Porto e projeta-o para uma perspetiva histórica, cultural e social e identitária que só esta Instituição detém. Nesse sentido o contributo deste estudo veio reforçar no seio académico e científico toda a componente histórica, industrial e pedagógica numa época de grandes transformações sociais e que se pode confirmar através deste acervo documental riquíssimo e único.

Orientadores: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Data das provas: 29 de julho de 2014

Autora: **Sofia Elisabete Nogueira Costa**

Título: ***A fotografia no sistema de informação Marques da Silva/Moreira da Silva: uma abordagem sistémica***

Palavras-chave: Arquivística; sistema de informação, AtoM, Fundação Instituto Marques da Silva, fotografia de família

Resumo:

Este trabalho corresponde a um Relatório de Estágio desenvolvido na Fundação Instituto Marques da Silva, durante o ano letivo 2013/2014, no âmbito do Mestrado em História e Património.

Olhando para a história e evolução da fotografia, infere-se que na segunda metade do século XIX e início do século XX, a fotografia era vista como um símbolo de posição social da pessoa ou família. Poder-se-à então afirmar que a história desta família acompanha a evolução da fotografia ao longo do tempo, desde a altura em que surgiu o primeiro daguerreótipo, em 1839, até ao início do século XXI.

Acompanhando uma maior liberalização dos preços, não apenas no que se refere aos materiais fotográficos, mas também à própria fotografia, e tendo sempre em linha de conta a posição social desta família, é com facilidade que se constata que o maior número de provas fotográficas constantes no Sistema de Informação Marques da Silva/Moreira da Silva, está localizado na subsecção Maria José Marques da Silva/David Moreira da Silva, correspondendo a um total de 54% face ao número total das fotografias de carácter pessoal ou familiar.

Estando na altura a decorrer a reconstituição biográfica da família por parte da Instituição, com o objetivo de complementar o seu Quadro Orgânico-Funcional, a fotografia é um contributo fundamental nesta tarefa, permitindo representar os diferentes membros dessa família em fases distintas da sua vida, através de uma abordagem sistémica.

Foram várias as fontes de informação utilizadas na realização do projeto de estágio, para a identificação das pessoas presentes nas provas fotográficas, sempre com base na *Teoria Sistémica*.

Decorrendo no âmbito do Mestrado em História e Património, é importante esclarecer que, neste caso - à luz do conceito de Património apresentado por Laurajane Smith na sua obra *Uses of Heritage* - dada a relevância histórica da família Marques da Silva, a fotografia é assumida como Património Material, que, como tal, deve ser preservado, gerido e divulgado.

Assim, conjugando esse conceito de Património, e os conceitos subjacentes à Ciência da Informação e à Teoria Sistémica, procedeu-se não apenas ao tratamento da fotografia de carácter familiar e à sua integração no Sistema de Informação familiar Marques da Silva/Moreira da Silva, mas também à sua disponibilização online, através do software de gestão arquivística AToM.

Ainda relativamente ao tratamento e divulgação da fotografia da família Marques da Silva, foi necessário fazer um enquadramento legal de forma a perceber quais as fotografias que poderiam ou não ser divulgadas. Para tal, foram analisados os Direitos de Autor e Direitos Conexos, o Código Civil, a Constituição da República Portuguesa, e a Lei de Proteção de Dados (Lei 67/98 de 26 de outubro). Dessa análise, foi possível retirar as seguintes ilações:

- Direitos de Autor e Direitos de Imagem são juridicamente distintos. No caso em estudo, os Direitos de Autor pertencem à Fundação Instituto Arquiteto Marques da Silva, a quem foram legadas as fotografias, e os Direitos de Imagem pertencem ao retratado;

- Tendo em conta o Artigo 79.º do Código Civil, o Artigo 26.º da Constituição da República Portuguesa e a Lei de Proteção de Dados 67 de 98, o Direito de Imagem pertence à pessoa retratada na fotografia, e esta não pode ser divulgada, reproduzida ou comercializada sem o seu prévio consentimento, ou, no caso da pessoa já ter falecido, sem o consentimento dos seus herdeiros. A esta disposição legal, existe uma exceção, no caso de se tratar de figuras públicas ou, de surgirem pessoas incógnitas ao lado de figuras públicas.

Estas disposições legais restringiram muito o número de provas fotográficas divulgadas.

O método de investigação adotado foi o Método Quadripolar o qual se desdobra em quatro Pólos, *Epistemológico, Teórico, Morfológico e Técnico*. Esses quatro Pólos estão interligados, correspondendo cada Pólo a uma fase da investigação. Assim, no *Pólo Epistemológico*, procedeu-se à definição do objeto de estudo, a fotografia familiar da família Marques da Silva. No *Pólo Teórico*, foi feita a revisão da literatura, de forma a perceber-se o que pode ou não ser considerado como fotografia familiar, estabelecendo-se a hipótese de que seria considerada fotografia familiar qualquer prova em figurassem membros da família. No *Pólo Técnico* enquadrou-se toda a fase de investigação, (o estágio curricular), foi feito o levantamento das provas fotográficas, do seu estado de deterioração e das condições de preservação. Num total de 3.458 provas fotográficas, apenas 1.392 foram caracterizadas como fotografias de caráter familiar ou pessoal. Implementou-se também o software AToM num servidor da Reitoria da Universidade do Porto, permitindo o acesso através de computadores-cliente, localizados na Fundação Instituto Arquiteto Marques da Silva. Procedeu-se ainda ao tratamento das provas fotográficas, à aplicação da legislação, à criação de pontos de acesso e à inserção da informação no AToM. O *Pólo Morfológico* correspondeu, por sua vez, à inserção dos documentos, simples e compostos, em séries e subséries tipológicas no Quadro Orgânico-Funcional.

Relativamente à inserção da informação no AToM, é importante frisar que este software, para além de potenciar a inserção da informação de acordo com as Normas Internacionais de Descrição Arquivística, implementadas e recomendadas pelo Conselho Internacional de Arquivos, a ISAD (G), a ISDIAH, a ISAAR (CPF) e a ISDF, permite associar objetos digitais, as provas fotográficas.

Ainda quanto à inserção da informação no AToM e, de um modo particular, de objetos digitais, esta foi condicionada não apenas pelas restrições de caráter legal inerentes aos Direitos de Imagem, mas também, em alguns casos, pela natureza de algumas provas fotográficas. Assim, das 1.392 provas fotográficas de caráter familiar, apenas 532 foram disponibilizadas online.

Para as provas fotográficas que não foram disponibilizadas online, foi introduzida e disponibilizada a informação descritiva e inseridos pontos de acesso. A consulta dessas provas fotográficas pode ser feita *in loco*, mediante marcação, na Fundação Instituto Arquiteto Marques da Silva.

Atualmente o arquivo fotográfico pode ser consultado online (em <http://arquivoatom.up.pt/>).

Orientadoras: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Data das provas: 3 de novembro de 2014

Autora: **Sofia Mariana Vieira Pinto**

Título: ***Tratamento do arquivo do Conservatório de Música do Porto***

Palavras-chave: Arquivo; Arquivística; Conservatório de Música do Porto

Resumo:

Os arquivos existem desde que a escrita surgiu, pois o Homem sempre teve e tem a necessidade de preservar a informação que produz.

Nos últimos séculos, essencialmente a partir da Revolução Francesa, a conceção de arquivo foi sendo modificada. Nesta época os arquivos passaram a ser entendidos como “detentores” da memória da civilização humana, ganham assim um carácter histórico-cultural, deixam portanto de ser só entendidos como um apoio à área jurídica e administrativa de uma instituição/país.

Em Portugal, este modelo surgiu em 1820 com a criação do Arquivo Nacional, que passou a ser responsável por incorporar arquivos de organismos da administração do Estado, com o objetivo de não se “perder” a história do país.

Nos finais do século XX surge uma nova conceção da Arquivística. Os arquivos são agora entendidos como sistemas de informação social e entramos assim na “era pós-custodial”.

Hoje os arquivos continuam a beneficiar o historiador, mas agora o arquivista conhece a instituição produtora de informação a nível estrutural e a nível funcional, ou seja, o arquivista têm de conhecer previamente a estrutura interna da instituição e de compreender o uso dos documentos nessa mesma instituição.

Um arquivo é agora caracterizado por três fatores: estrutura orgânica, função de serviço/uso e memória. Isto é, um arquivo é construído por material em qualquer tipo de suporte, este só se configura pela sua natureza orgânica (estrutura) e natureza funcional (serviço/uso) a estas duas associa-se uma terceira – a memória.

Tendo como base estas características verificamos que existem diferentes tipos de arquivos. A análise da estrutura orgânica permite-nos identificar dois tipos de arquivos: o arquivo unicelular e o arquivo pluricelular. O arquivo unicelular define-se por ter uma estrutura organizacional de reduzida dimensão, onde não existem divisões sectoriais para assumir as respetivas exigências administrativas; o arquivo pluricelular caracteriza-se por ter uma média ou grande estrutura organizacional, dividida em dois ou mais setores orgânicos. Através da análise do serviço/uso verifica-se que também existem dois tipos de arquivo: o arquivo centralizado e o arquivo descentralizado. Um arquivo centralizado pode ser unicelular ou pluricelular, basta que para isso o controlo da informação se opere através de um único centro, onde se concentra materialmente toda a informação; um arquivo descentralizado tem de ser obrigatoriamente pluricelular, tratando-se de entidades que entendem poder obter uma maior eficácia optando por um controlo da informação através de uma autonomização dos vários sectores orgânico-funcionais.

Através da análise do fator memória os arquivos definem-se como arquivos ativos e desativados.

Para analisar/tratar um arquivo o arquivista deve ser metódico – o método quadripolar que conjuga uma abordagem quantitativa e qualitativa é aplicado no trabalho do arquivista. A primeira define aspetos suscetíveis de observação, experimentação e de medição; a segunda decorre da capacidade interpretativa e analítica do sujeito que investiga.

Foi tendo como base estas premissas que se procedeu à organização do arquivo do Conservatório de Música do Porto.

O Conservatório surgiu durante a Primeira República, em 1917, época de grande investimento na educação, tendo sido uma iniciativa da Câmara Municipal do Porto. Aliás, a Câmara foi responsável pela área administrativa do Conservatório até 1972 altura em que este fica sobre alçada do Ministério da Instrução (para obter mais informação consultar o capítulo 2 do relatório de mestrado).

Após estudar o surgimento do Conservatório era imperioso compreender a sua estrutura orgânica ao longo dos anos; para realizar esta tarefa de organização e compreensão de um arquivo recorremos a regulamentos e legislação. Após reunir esta informação foi notório que teríamos de dividir os quase 100 anos de legislação em diversos períodos temporais, divisão esta que foi realizada tendo como base as mudanças na estrutura operadas por força de nova legislação. Estabelecemos, assim, seis grandes períodos: 1917/1919; 1920/1927; 1928/1975; 1976/1997; 1998/2007; 2008/2013.

Após a compreensão da legislação e da evolução orgânica construímos os quadros de contexto de produção de informação, que são importantes para relacionar os setores orgânicos com as suas funções e com a documentação que produziram (estes quadros foram realizados tendo como base os mesmo períodos temporais).

Entendida a dinâmica administrativa vivida nesta instituição era fundamental avançarmos para a parte mais prática do trabalho.

O tratamento documental abrangeu várias operações técnicas, tais como: o recenseamento, a classificação, a descrição, a ordenação virtual com recurso a uma aplicação informática (AtoM) e a ordenação física das unidades documentais, com a colocação das respetivas cotas na lombada dos documentos, e no seu interior a cota e o número de registo.

O recenseamento sumário definiu-se por retirar a seguinte meta informação de todas as unidades físicas: título, datas extremas, conteúdo e unidade física e a todas as unidades atribuímos um número de registo. Findo o recenseamento verificámos que existiam 3.778 unidades físicas.

Após “conhecer” as unidades físicas procedemos à “reconstrução” virtual das séries arquivísticas, que são documentos da mesma tipologia e produzidos em contínuo, uma vez que são resultado de uma mesma atividade. Um documento é a mais ínfima unidade arquivística formada por uma ou mais unidades de informação que não podem ser separadas. Os documentos caracterizam-se por serem simples ou compostos; os documentos simples caracterizam-se por possuírem um único suporte de informação e os documentos compostos caracterizam-se por possuírem mais que um suporte de informação.

Após realizarmos esta tarefa de “reagrupamento” passámos à descrição arquivística tendo como base a norma ISAD(G) – “Norma Internacional de Descrição Arquivística” e para a descrição das entidades produtoras e respetivos registos de autoridade seguimos as determinações da norma ISAAR(CPF) – “Norma Internacional para os Registos de Autoridade de Pessoas, Coletividades e Famílias”.

A descrição arquivística foi realizada, do geral para o particular, ou seja começámos por descrever o fundo, depois as séries e posteriormente os documentos individuais.

A seguinte tarefa foi a classificação que é considerada a operação-chave na organização do arquivo. A classificação serve para representar a organização da informação e pode também ser utilizada como ponto de acesso à informação.

Após estes processos introduzimos a meta informação no *software* AtoM, nos campos devidos.

Em suma, podemos afirmar que o arquivo do Conservatório é pluricelular, centralizado e ativo.

Orientadora: Maria Helena Cardoso Osswald e Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Data das provas: 29 de julho de 2014

Curso de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação

Autor: **Luís Arthur da Costa Silva**

Título: ***Relações interamericanas e democracia: a atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) face ao golpe de Estado nas Honduras em 2009***

Palavras-chave: Relações Interamericanas; Integração; Regionalismo; Organização dos Estados Americanos; União de Nações Sul-Americanas; Golpe de Estado nas Honduras em 2009

Resumo:

Depois da Segunda Guerra Mundial, a América Latina vivenciou um curto intervalo no qual emergiram governos de caráter democrático-popular, seguidos por sucessivos golpes de Estado, ocorridos mediante o concurso dos interesses das elites nacionais com o intervencionismo estrangeiro, em especial o oriundo dos Estados Unidos. Paralelamente, ensaiava políticas de integração cuja evolução, até o século XXI, culminou no novo regionalismo estratégico que hoje é praticado por seus países. Este processo envolveu intelectuais, governos, corpos diplomáticos e entidades de concertação regional e continental, destacando-se a Organização dos Estados Americanos (OEA), cuja representatividade foi sistematicamente questionada pelos governos latino-americanos desde meados do século XX, em virtude de sua subserviência a Washington. Por outro lado, o sonho integrador de Simón Bolívar e José Martí, heróis independentistas do século XIX, inspirou políticas que estreitaram os laços entre os países da região. O colapso económico que dissolveu a União Soviética, no final da década de 1980, foi um divisor de águas para o mundo e para as relações interamericanas. Consagrou-se a transição mundial para o sistema capitalista e a globalização mercadológica e tecnológica avançou até sobre economias pouco desenvolvidas. A globalização coincidiu com a queda das ditaduras civil-militares que governaram a América Latina entre as décadas de 1960 e 1980, criando o cenário para a liberalização dos mercados na região, o que conduziu a uma recessão económica na segunda metade dos anos 1990. A esquerda regional capitalizou a insatisfação popular, chegou ao poder pela via democrática e introduziu mudanças nos campos social, económico, político e diplomático. Destarte, fundaram-se novos organismos de multilateralismo regional, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Entretanto, o fantasma do autoritarismo ainda pairava sobre a América Latina e, em 2009, forças reacionárias deram um golpe de Estado nas Honduras, depondo o presidente democraticamente eleito, Manuel Zelaya. A atuação da OEA e da UNASUL na restauração da estabilidade democrática nas Honduras e o papel que podem desempenhar em prol do estabelecimento de uma cultura de democracia na América Latina constituem o escopo da presente investigação.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 1 de dezembro de 2014

Autora: María del Carmen Latournerie Reyes

Título: La Cooperación Internacional para el desarrollo de la Educación Superior en el Instituto Tecnológico de Boca del Río

Palavras-chave: Globalización, Cooperación Internacional, Educación Superior

Resumo:

El fenómeno denominado globalización significa en su esencia que el orden político, económico y social de los países se tornó integrado con la realidad internacional (Sato, 2010: 48). Los efectos de la globalización son cada vez más marcados, por lo que el establecimiento de relaciones de cooperación entre las naciones es cada vez más común, volviéndose necesarias para que los países puedan construir una política de cooperación internacional.

El término “cooperación internacional” abarca desde el comercio y las finanzas, hasta cuestiones de salud, generación de empleos, seguridad, medio ambiente, educación, ciencia y tecnología. México se caracteriza por ser un miembro activo y versátil en el ámbito de la cooperación internacional.

Según el Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018 la política exterior mexicana se basará en la cooperación internacional, como una expresión de solidaridad y, al mismo tiempo, un medio para impulsar el bienestar y la prosperidad de México y de la comunidad internacional.

La cooperación educativa se define como el intercambio entre instituciones de educación superior e instancias gubernamentales, principalmente para fortalecer la formación de recursos humanos de alto nivel en diversas áreas del conocimiento que contribuyan al desarrollo de los países involucrados (AMEXCID, 2013).

Las actividades de cooperación internacional identificados en el ITBOCA para fortalecer la calidad de la educación superior son: programas de movilidad internacional de estudiantes; programas de movilidad internacional para profesores e investigadores; programa de aprendizaje del idioma inglés; dimensión internacional del currículum; impulso de acciones para reducir la fuga de cerebros; posgrados cooperativos; proyectos de investigación conjunta; conferencias y seminarios internacionales; artículos y publicaciones internacionales; acuerdos y convenios internacionales.

El modelo metodológico a seguir de esta investigación fue el de estudio de caso. Nos basamos en un enfoque cuantitativo, con un análisis documental de las realidades en el ensino superior a nivel internacional, nacional y local y en las encuestas realizadas a estudiantes y profesores del ITBOCA para identificar actividades de cooperación internacional en el ámbito educativo que potencien el desarrollo de la institución y la calidad de la educación superior.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 28 de outubro de 2014

Autor: **Renato Miguel Abreu Fernandes Tavares e Sousa**

Título: ***O Atlântico como novo desígnio nacional, entre o discurso e a prática***

Palavras-chave: Atlântico; Política externa portuguesa; Estratégia; Geopolítica; Economia do mar; Direito do mar; Poder marítimo; História de Portugal

Resumo:

A obra tem como desiderato contribuir para o debate sobre o valor estratégico que o oceano Atlântico comportou e continua a comportar para uma nação marítima como Portugal e respetiva política externa. É dado destaque às grandes potencialidades e vulnerabilidades, descobertas e controvérsias que concernem à ‘renascida’ assunção do Atlântico como um novo desígnio nacional (uma assunção político-estratégica restabelecida aquando do início do atual milénio).

A primeira parte da obra começa por elucidar a incisiva importância que o elemento marítimo teve para a formação da nacionalidade, cultura e identidade, economia, defesa e salvaguarda da soberania nacional ao longo da História, até ao quase irreversível corte na ligação estratégica entre o país e o mar que se deu após a revolução de 1974 e posterior adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) - durante a opção estratégica europeia que denominou o 3º modelo de inserção internacional da política externa portuguesa. Com o fim do século passado, e início do atual milénio, começou a germinar uma mudança. A visão estática e passadista com que se encarava o mar começou a dar lugar a uma nova visão, potenciada pela ciência e economia, que perceciona o oceano como um manancial de recursos estratégicos, soberania e produtividade nacional. A partir de 2004, aquando da publicação do relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos, e simultânea inclusão das recomendações do citado relatório nos programas governativos, o mar/oceano começou a ser visto, de novo, como um desígnio nacional. Outros aspetos - como a possibilidade de se aumentar a soberania com a extensão da plataforma continental portuguesa das 200 para as 350 milhas náuticas - ajudaram à formulação da elevação estratégica do mais extenso recurso que dota o país - o oceano Atlântico.

Foram sujeitos a análise: o carácter da retórica, medidas e desideratos da classe política e estratégica (presentes nos programas dos governos, discursos, estratégias); o potencial estratégico marítimo português (posição geoestratégica do país; restabelecimento das relações privilegiadas com o mundo lusófono da Comunidade de Países de Língua Portuguesa; recursos biológicos, biogenéticos, energéticos e minerais; oportunidade de se dobrar a soberania; a atual instabilidade geopolítica no leste europeu como oportunidade energética para o mundo lusófono e ocidental); as ameaças a esse potencial, os riscos e vulnerabilidades que imperam na concretização da assunção do Atlântico como um desígnio do século XXI para o país.

Foi empreendida uma metodologia essencialmente qualitativa, com enfoque dedutivo, que obedeceu a critérios de análise de política externa (análise de discursos; enfoque nos indivíduos e consequentes tomadas de decisão; articulação entre os recursos, atores, interesses e objetivos nacionais históricos e atuais). Recorreu-se à análise e interpretação de dados patentes em fontes primárias - programas dos governos constitucionais, documentação estratégica nacional (como Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Estratégias nacionais para o mar, relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos, relatório do Hypercluster da economia do mar...), discursos políticos, convenções jurídicas; e secundárias: artigos científicos e de opinião, monografias, cadernos da marinha,...

Chegou-se à conclusão que o potencial marítimo português é efetivamente muito elevado e passível de ser transformado em poder nacional, podendo alterar a situação económica, científica e anímica do país. No entanto, a conversão deste potencial em poder efetivo não se afigura fácil ou pelo menos breve. Consta-se que existe ainda um evado fosso entre a teoria e a prática, entre o discurso político e a realidade, entre a retórica e os atos. As vulnerabilidades logísticas são, ainda, uma realidade que afeta o poder marítimo português - Armada, marinha mercante, pesca e marinha pesqueira, portos, construção e reparação naval,... -, sendo que as estratégias, retórica e vontade política - que vão germinando -, correm o risco de se revelarem redundantes, sem meios e instrumentos que tornem a assunção do Atlântico como um designio exequível.

Orientadora: Teresa Maria Resende Cierco Gomes

Data das provas: 10 novembro 2014

